



PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO- CE

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infra relacionados, concorrentes ao cargo, **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS** que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no **CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO - CE, CONFORME EDITAL 001/2018.**

RECURSOS INTERPOSTOS À BANCA EXAMINADORA

QUESTÕES
03
05
06
12
16
17
22
25
28
36
37
39

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Questão 03

Não procedem as alegações do recorrente.

INDEFERIDO

Questão 05

Não procedem as alegações do recorrente.

Conforme o dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa o elemento -crata classifica-se como: “elemento de composição, pospositivo, do gr. *démokratés* 'democrata', isto é, 'partidário do poder popular ou investido do poder popular'; o el. pospositivo em causa, conexo com **-cracia** (ver) generaliza-se em port. a partir da influência do fr. *démocratie* e *démocrate* (do sXIV e sXVIII respectivamente) a partir dos inícios do sXIX, constituindo hoje uma relação biunívoca com todos os subst. de **-cracia** na relação *acracia:ácrata*, *aristocracia:aristocrata*, *gerontocracia:gerontocrata* etc.; o *a* do gr. *-kra-* é breve, o que postularia uma acentuação proparoxítone em port., como no esp. *aristócrata*, *demócrata* etc., o que ocorre em port. tb., mas com forte predominância paroxítone (*aristocrata*, *democrata*, *fisiocrata* etc.), salvo em casos de uso muito raro (*ácrata*)”.

Como se vê, o elemento apontado pelo candidato como sufixo constitui-se em verdade radical. Isso fica ainda evidente pela existência da palavra “ácrata” em que o radical em questão figura acompanhado do prefixo “a”, também grego. Não se sustenta, portanto, a afirmação de que o elemento em questão seja considerado sufixo. Pelo exposto indeferimos o recurso e mantemos o gabarito oficial.

INDEFERIDO

Questão 06

Não procedem as alegações do recorrente.

A expressão “de terras” especifica o substantivo “porções”, por si só isso já seria suficiente para classificá-la como adjetivo. Além disso, analisando o sentido da expressão “porções de terras” fica evidente que não se trata de areia, argila ou outra substância presente no solo. Na verdade, a expressão refere-se a porções TERRITORIAIS, lotes, áreas demarcadas. Assim a expressão “de terras” equivale no contexto em questão com o sentido que lhe é dado pelo texto, ao adjetivo TERRITORIAIS. Conforme o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa o vocábulo TERRITORIAL (plural TERRITORIAIS) trata-se de “adjetivo de dois gêneros, relativo a território ou que a ele pertence”. A expressão em análise, “de terras”, tem valor de adjetivo tanto sintática quanto semanticamente. Pelo exposto indeferimos o recurso e mantemos o gabarito oficial.

INDEFERIDO

Questão 12

Não procedem as alegações do recorrente.

O conteúdo é Operações Fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão.

INDEFERIDO

Questão 16

Não procedem as alegações do recorrente.

A revogação é **ato privativo da administração** que praticou o ato que está sendo revogado.

Essa é uma das importantes diferenças entre anulação e revogação.

A anulação, por configurar controle de legalidade ou legitimidade, pode ser efetuada tanto pela própria administração (autotutela administrativa) quando pelo Poder Judiciário (tutela jurisdicional), neste caso, desde que haja provocação (ajuizamento de uma ação).

Já a revogação, por representar controle de mérito administrativo (juízo de oportunidade e conveniência), é **exclusiva** da administração que praticou o ato. Guardem isto: **nunca** será verdadeira uma questão de concurso que diga que alguém pode ajuizar uma ação na qual peça para o Poder Judiciário decidir acerca da conveniência ou da oportunidade de determinado ato. Um pedido com esse teor seria, **sempre**, sumariamente **desconhecido** pelo Poder Judiciário, uma vez que este, no exercício de função jurisdicional, jamais realiza controle de mérito administrativo (juízo de oportunidade e conveniência). Cuidado: o Judiciário, evidentemente, pode anular atos discricionários. Repito: anular! Nesse caso, simplesmente, o Judiciário estará decidindo pela existência de alguma ilegalidade no ato discricionário. O que jamais pode acontecer é o Judiciário, no exercício de jurisdição, dizer que um ato é inoportuno ou inconveniente (notem que, se o Judiciário, exercendo jurisdição, pudesse efetuar esse juízo de mérito administrativo, a providência cabível seria a revogação do ato, e **não** a sua anulação).

INDEFERIDO

Questão 17

Não procedem as alegações do recorrente.

Princípio da Eficiência (art. 37, caput): Exige que a Administração atue com presteza, perfeição e sempre tenha por objetivo o atingimento de resultados práticos (busca pelo interesse público). Também chamado de princípio da boa-administração. Aqui, a administração não deve se contentar em exercer seus atos dentro da legalidade, mas buscando resultados positivos para o serviço público.

Princípio da Publicidade (art. 37, caput): Trata-se do dever de a Administração manter plena transparência de seus atos e comportamentos. Todo ato deve ser público pois pública é a Administração que o realiza.

INDEFERIDO

Questão 22

Não procedem as alegações do recorrente.

No Brasil, Moreira (1895) identificou pela primeira vez a existência do botão endêmico dos países quentes, chamando “Botão da Bahia” ou “Botão de Biskra”. A confirmação de formas de leishmânias em úlceras cutâneas e nasobucofaríngeas ocorreu no ano de 1909, quando Lindenberg encontrou o parasito em indivíduos que trabalhavam em áreas de desmatamentos na construção de rodovias no interior de São Paulo. Splendore (1911) diagnosticou a forma mucosa da doença e Gaspar Vianna deu ao parasito o nome de *Leishmania brazilienses*. No ano de 1922, Aragão, pela primeira vez, demonstrou o papel do flebotômíneo na transmissão da leishmaniose tegumentar e Forattini (1958) encontrou roedores silvestres parasitados em áreas florestais do estado de São Paulo.

INDEFERIDO

Questão 25

Procedem as alegações do recorrente.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 28

Não procedem as alegações do recorrente.

As atividades operacionais de campo serão desenvolvidas em uma área de abrangência restrita, denominada zona (área de zoneamento), que corresponderá à área zona de atuação e responsabilidade de um agente. Cada zona deverá ter de 800 a 1.000 imóveis. Assim, deverá existir maior vínculo e identificação do agente com a comunidade, onde ele desenvolve o seu trabalho.

O supervisor-geral é o servidor de campo ao qual se atribui maior responsabilidade na execução das atividades. É o responsável pelo planejamento, acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades operacionais de campo. As suas atividades exigem não só o integral conhecimento de todos os recursos técnicos empregados no combate ao *Aedes aegypti* mas, ainda, capacidade de discernimento na solução de situações não previstas e muitas vezes emergenciais. Ele é responsável por uma equipe de cinco supervisores.

As visitas domiciliares jamais podem ser realizadas quando não houver um responsável maior de idade. Para que as orientações sejam efetivas e para segurança do agente, esse responsável deve sempre acompanhar a visita, em todos os cômodos.

Depósito Inspeccionado: É todo depósito com água, examinado pelo agente de campo com auxílio de algum material da bolsa de campo (bacia plástica, fonte de luz, pesca-larva, pipeta, concha etc).

Depósito Tratado: É aquele onde foi aplicado inseticida (larvicida ou adulticida).

Depósito Eliminado: É aquele que foi destruído ou inutilizado como criadouro de mosquito

INDEFERIDO

Questão 36

Não procedem as alegações do recorrente.

A doença é mais frequente em crianças menores de 10 anos (54,4%), sendo 41% dos casos registrados em menores de 5 anos. O sexo masculino é proporcionalmente o mais afetado (60%).

As tentativas de tratamento da leishmaniose visceral canina, por meio de drogas tradicionalmente empregadas (antimoniato de meglumina, anfotericina B, isotionato de pentamidina, alopurinol, cetoconazol, fluconazol, micozanol, itraconazol) tem tido baixa eficácia.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_controle_leishmaniose_visceral_1edicao.pdf

INDEFERIDO

Questão 37

Não procedem as alegações do recorrente.

O corpo dos **escorpiões** é dividido em prossoma e opistossoma, sendo esse dividido em mesossoma e metassoma. O prossoma possui segmentos fundidos em um escudo cefálico em forma de **carapaça**, é a região anterior, onde se encontram os olhos, quelíceras, pedipalpos terminados em quelas (pinças) e pernas. Não possui o telson.

INDEFERIDO

Questão 39

Não procedem as alegações do recorrente.

Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue:

Vigilância epidemiológica municipal

- Receber as FIN e FII de todos os casos suspeitos notificados pelas unidades de saúde.
- Incluir todos os casos suspeitos no Sinan.
- Investigar TODOS os casos notificados. Recomenda-se que a própria unidade de saúde realize a investigação e encaminhe as informações para a vigilância epidemiológica.
- Acompanhar a curva dos casos, a tendência e o perfil da doença, no âmbito do município, desagregando as informações epidemiológicas por bairro.
- Comunicar imediatamente a vigilância entomológica para providências de controle vetorial.
- Preencher a ficha de investigação de dengue, encerrar o caso oportunamente (até 60 dias após a data de notificação).
- Investigar todos os óbitos suspeitos de dengue, usando o protocolo de investigação de óbitos.
- Avaliar a consistência dos casos de FHD/SCD e DCC registrados no Sinan quanto aos critérios de classificação final e encerramento.
- Consolidar os dados municipais e produzir boletins mensais disponibilizando informações para as unidades de saúde e o público.
- Enviar os dados à SES, conforme periodicidade e fluxo estabelecidos em normas operacionais do Sinan.



- Capacitar em vigilância epidemiológica as equipes das unidades de saúde.

Vigilância epidemiológica estadual

- Verificar se os dados dos municípios estão sendo atualizados semanalmente.
- Acompanhar a curva dos casos, a tendência e o perfil da doença, em todos os municípios do estado.
- Divulgar as diretrizes técnicas de orientação aos municípios sobre notificação e investigação de casos, investigação de óbitos, coleta de amostras para sorologia e isolamento viral.
- Estabelecer com o Lacen a rotina para coleta de amostras para monitoramento da circulação viral.**

DENTRE OUTRAS.

INDEFERIDO

III DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso a análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo VII do Edital 001/2018 que rege este concurso. Fica reiterado que *“A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais”*.

Publique-se,

Fortaleza – CE 11 de junho de 2018.

CONSULPAM